

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A Geografia como Suporte Metodológico na Atuação do Geógrafo Bacharel

DANIEL MACHADO TORRESINI

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A Geografia como Suporte Metodológico na Atuação do Geógrafo Bacharel

DANIEL MACHADO TORRESINI

Orientador: Prof. Dr. Roberto Verdum

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

Porto Alegre

2014

DANIEL MACHADO TORRESINI

A Geografia como Suporte Metodológico na Atuação do Geógrafo Bacharel.

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

Local e Data da Aprovação:

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Verдум
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientador

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Me. Geógrafo Ronaldo Godolphim Plá
Ecoplan Engenharia

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo ensino público de qualidade.

Aos professores do Departamento de Geografia da UFRGS, pelo conhecimento transmitido nestes anos de graduação.

À Associação de Geógrafos Brasileiros seção Porto Alegre e à Associação dos Geógrafos Profissionais do Rio Grande do Sul, por tornarem essa pesquisa possível.

Ao Prof. Dr. Roberto Verdum, pelo carinho e atenção durante as orientações neste trabalho imprescindível para minha formação em Geografia.

Aos meus colegas de graduação pelos bons momentos que passamos juntos.

Aos meus amigos e familiares mais próximos, por proporcionar incontáveis momentos de conforto.

Aos meus irmãos, André e Felipe, pelo amor incondicional.

Em especial, agradeço à pessoa que me pôs em contato com meus primeiros livros e que, ainda hoje, aguça minha curiosidade e me inspira na busca pela compreensão deste mundo, minha mãe Janice.

RESUMO

A pesquisa verificou o emprego dos referenciais teórico-metodológicos da Geografia nas práticas profissionais dos geógrafos bacharéis vinculados à Associação de Geógrafos Brasileiros seção Porto Alegre e da Associação dos Geógrafos Profissionais do Rio Grande do Sul, no ano de 2014. Esse estudo teve como propósito motivador contribuir academicamente para a reflexão profissional frente às demandas que são exigidas no mercado de trabalho. Utilizou-se como método a pesquisa qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário, enviado aos e-mails dos associados através da ferramenta *Limesurvey*, disponibilizada pelo Centro de Processamento de Dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O questionário foi elaborado com perguntas que visavam desencadear nos participantes, descrições de sua área de atuação e atribuições no trabalho, além das percepções e concepções que tem da Ciência Geografia. Os dados obtidos foram coletados no mês de maio de 2014. O estudo identificou que os profissionais distinguem alguns referenciais teórico-metodológicos da disciplina em suas práticas e nas dos demais, embora desconheçam que os mesmos fundamentem suas atribuições contidas em legislação específica. Também verificou que os geógrafos bacharéis atuam predominantemente no campo das geociências e meio ambiente e desejam uma maior aproximação entre a academia e o mercado de trabalho.

Palavras chave: referenciais teórico-metodológicos; geógrafo bacharel; atuação profissional.

RESÚMEN

La pesquisa verificó el empleo de los marcos teóricos y metodológicos de la Geografía en las prácticas profesionales de los geógrafos vinculados a la “Associação de Geógrafos Brasileiros seção Porto Alegre” y ala “Associação dos Geógrafos Profissionais do Rio Grande do Sul”, en el año 2014. Este estudio tuvo como propósito motivador contribuir académicamente para la reflexión profesional de las exigencias que se requieren en el mercado laboral. Se utilizó como método de pesquisa la investigación cualitativa, teniendo como instrumento de recolección de datos, un cuestionario enviado a los correos electrónicos de los asociados a través de la herramienta *Limesurvey*, proporcionada por el “Centro de Processamento de Dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”. El cuestionario fue preparado con preguntas que pretendían desencadenar en los participantes, descripciones de su área de actuación y asignaciones en el trabajo y las percepciones y concepciones que tienen de la Ciencia Geografía. Los datos obtenidos fueron recogidos en mayo de 2014. El estudio identificó que los profesionales distinguen algunos marcos teóricos y metodológicos de la disciplina en sus prácticas y en las de los demás, aunque no son conscientes de que los mismos basan sus asignaciones contenidas en legislación específica. También fue encontrado en el estudio que los geógrafos actúan principalmente en el campo de las geociencias y medio ambiente y desean una relación más estrecha entre la academia y el mercado laboral.

Palabras clave: marcos teóricos y metodológicos; geógrafo; actuación profesional.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Referencial Teórico.....	8
2.1. Atribuições profissionais.....	8
2.2. Formação profissional.....	11
2.3. Atuação profissional.....	13
2.4. Aprimoramento técnico.....	14
2.5. Referenciais teórico-metodológicos da Geografia.....	15
2.5.1. Geografia Tradicional.....	15
2.5.2. Geografia Quantitativa.....	17
2.5.3. Geografia Crítica.....	19
2.5.4. Geografia Humanística.....	20
2.5.5. Geografia Ambiental.....	21
3. Metodologia.....	22
3.1. Pesquisa qualitativa.....	22
3.2. Procedimentos metodológicos.....	23
3.2.1. Coleta dos dados.....	23
3.2.2. Análise dos dados.....	25
4. Resultados e Discussões.....	26
4.1. Os referenciais teórico-metodológicos e a prática dos profissionais.....	29
4.1.1. O reconhecimento dos referenciais.....	29
4.1.2. Os referenciais e as atribuições profissionais.....	30
4.1.3. A aplicabilidade dos referenciais teórico-metodológicos.....	30
4.2. O fazer.....	31
4.2.1. As áreas de atuação e atribuições.....	31
4.2.2. O uso dos referenciais teórico-metodológicos pelo profissional.....	32
4.2.3. A finalidade de suas práticas profissionais.....	34
4.3. As Projeções.....	35
4.3.1. As demandas profissionais.....	35
4.3.2. As readequações e reformulações.....	36
4.4. Perfil do profissional.....	37
5. Considerações Finais.....	39
6. Referências Bibliográficas.....	41
7. Anexos.....	43

1. Introdução

O geógrafo é frequentemente visto como sinônimo de professor escolar, permanecendo quase como um profissional desconhecido socialmente em outros domínios de sua atuação. Isso se deve, sobretudo, à dificuldade da sociedade em perceber a importância do seu papel como atividade profissional e, porque não dizer, da dificuldade da categoria em agregar interesses associativos no intuito de se fazer conhecer frente às demandas sociais. O bacharel em Geografia, de acordo com a legislação vigente, é registrado nos Conselhos de Engenharia e Agronomia (CREA) e disciplinado pelas Leis nº 6.666.4/79 e Lei nº 7.399 de 1985. Possui atribuições definidas que muitas vezes abrangem áreas de ação e atuação profissionais comuns a outras profissões. Essa sobreposição de atribuições advém da grande influência do conhecimento oriundo de outras disciplinas durante a consolidação da Geografia enquanto ciência. A incorporação de teorias de outras áreas, assim como a diversidade de seus métodos de pesquisa tornam a ciência geográfica ampla, o que provoca sobreposições com a atuação de outros profissionais.

Cada geógrafo se identifica com métodos e teorias específicas dentre as distintas abordagens geográficas na história da ciência, elaborando seus trabalhos de acordo com sua formação, postura política e social. Considerando que a identidade profissional do geógrafo se modificou ao longo do tempo, supõe-se que na atualidade ainda persiste uma multiplicidade de pontos de vista, que remetem a fases distintas dentro da Ciência. Por essa razão, a pesquisa pretende verificar como a constituição da Geografia, enquanto área do conhecimento oferece suporte teórico-metodológico na atuação dos bacharéis em Geografia no estado do Rio Grande do Sul. O objeto do estudo são geógrafos bacharéis vinculados a Associação de Geógrafos Brasileiros seção Porto Alegre (AGB-POA) e da Associação dos Geógrafos Profissionais do Rio Grande do Sul (AGP-RS), no ano de 2014.

Nas palavras de Mendonça (2001), apontar determinadas correntes predominantes em um campo particular de análise do geógrafo, não significa a sua excelência em relação às demais, uma vez que a riqueza do pensamento geográfico reside na própria pluralidade de enfoques. Assim, a relevância dessa pesquisa está na contribuição acadêmica para a reflexão profissional, considerando o uso dos referenciais teórico-metodológicos frente às demandas que são exigidas no mercado de trabalho.

Para atingir a finalidade do projeto, se faz necessário alcançar os seguintes objetivos específicos: Identificar as instituições de formação dos profissionais, local e

cargo em que trabalham, assim como a área de atuação e suas atribuições; verificar o reconhecimento por parte dos profissionais dos referenciais teórico-metodológicos da Geografia; apontar quais desses referenciais teórico-metodológicos e conceitos da disciplina são utilizados pelos geógrafos em seu trabalho diário; verificar a intenção final dos projetos realizados pelos geógrafos bacharéis, procurando identificar um perfil de profissional no estado em acordo com esses referenciais, área de atuação e atribuições; por fim verificar as readequações ou reformulações dentro da disciplina propostas pelos profissionais.

2. Referencial Teórico

A propensão para a utilização de determinado(s) referencial(ais) teórico-metodológico(s) por parte do geógrafo bacharel decorre, inicialmente, de sua formação acadêmica, onde a qualidade do ensino adquirido na graduação além de possibilitar executar suas atribuições de modo eficiente, o direcionará à(s) definida(s) área(s) de atuação profissional. Essas áreas, assim como suas atribuições profissionais definidas em lei, são reflexos da construção do conhecimento multidisciplinar da Geografia. Tais competências profissionais estão subordinadas à normatização e à fiscalização do órgão regulador, a qual a categoria está inserida e que norteiam suas atividades no mercado de trabalho.

2.1. Atribuições profissionais

No Brasil, o reconhecimento legal da profissão de Geógrafo ocorreu em 1979, através da Lei nº 6.664. Nela foram definidas as atribuições profissionais dos bacharéis em Geografia, legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de seu estado – órgão de fiscalização, orientação e aprimoramento profissional¹. Segundo seu Art. 3º, ao Geógrafo compete o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, das entidades autárquicas ou de economia mista e particulares:

I - Reconhecimentos, levantamentos, estudos e pesquisas de caráter físico-geográfico, biogeográfico, antropogeográfico e geoeconômico e as realizadas

¹ INSTITUCIONAL CREA. Disponível em: <www.crea-rs.org.com.br> Acessado em mar. 2014.

nos campos gerais e especiais da Geografia, que se fizerem necessárias:

- a) na delimitação e caracterização de regiões e sub-regiões geográficas naturais e zonas geoeconômicas, para fins de planejamento e organização físico-espacial;
- b) no equacionamento e solução, em escala nacional, regional ou local, de problemas atinentes aos recursos naturais do País;
- c) na interpretação das condições hidrológicas das bacias fluviais;
- d) no zoneamento geo-humano, com vistas aos planejamentos geral e regional;
- e) na pesquisa de mercado e intercâmbio comercial em escala regional e inter-regional;
- f) na caracterização ecológica e etológica da paisagem geográfica e problemas conexos;
- g) na política de povoamento, migração interna, imigração e colonização de regiões novas ou de revalorização de regiões de velho povoamento;
- h) no estudo físico-cultural dos setores geoeconômicos destinados ao planejamento da produção;
- i) na estruturação ou reestruturação dos sistemas de circulação;
- j) no estudo e planejamento das bases físicas e geoeconômicas dos núcleos urbanos e rurais;
- l) no aproveitamento, desenvolvimento e preservação dos recursos naturais;
- m) no levantamento e mapeamento destinados à solução dos problemas regionais;
- n) na divisão administrativa da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

Com a finalidade de regulamentar as atribuições, sistematizar as atividades e os campos de atuação dos profissionais vinculados ao Sistema CONFEA/CREA², em 2007, desenvolveu-se a Resolução 1.010 de 2005. Conforme art. 8 § 2º - A atribuição inicial de título profissional, atividades e competências decorrerão, rigorosamente, da análise do perfil profissional do diplomado, de seu currículo integralizado e do projeto pedagógico do curso regular, em consonância com as respectivas diretrizes curriculares nacionais. Dessa forma, o currículo do aluno diplomado seria a base para a atribuição

² Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) é a instância superior de regulamentação das profissões abrangidas pelo CREA. Cabe ao Confea garantir a unidade de ação e a normatização de todos os CREAs, exercendo funções de supervisão financeira e administrativa. INSTITUCIONAL CREA. Disponível em: <www.crea-rs.org.com.br> Acessado em mar. 2014.

das competências e habilidades do profissional a ser registrado.

Através da Resolução 1.010 de 2005 – ainda não aprovada pelo Confea - pretende-se definir o campo de atuação - área em que o profissional exerce sua profissão - em função de competências adquiridas na sua formação em Geografia de acordo com o quadro 1.

Quadro 1. Campo de Atuação do profissional da Geografia de acordo com a Resolução 1.010 de 2005 do Sistema CONFEA/CREA.

Tecnologia da Geografia
Sistemas, Métodos e Processos dos Levantamentos Cartográficos, Topográficos, Geodésicos, Cadastrais, Batimétricos e Hidrográficos. Aquisição, Processamento, Armazenamento, Representação Gráfica, Leitura, Disseminação, Interpretação, Classificação, Recuperação e Análise de Dados e Informações Topográficas, Geodésicas, Cartográficas Estatísticas, Cartográficas, Temáticas e Geográficas. Geostatística. Utilização de Cartas Geográficas e Geológicas. Fotogrametria Terrestre e Aerofotogrametria. Fotointerpretação. Sensoriamento Remoto. Sistemas de Informações Geográficas. Georreferenciamento. Sistema de Posicionamento por Satélite.
Geociências e Meio Ambiente
Sistemas e Métodos das Geociências. Geomorfologia. Geodiversidade. Identificação, Análise e Monitoramento de Processos Erosivos e Movimentos de Massa. Biodiversidade. Ecologia, Fitogeografia e Zoogeografia. Caracterização Ecológica e Etológica da Paisagem. Sistemas e Métodos de Proteção, Manejo, Ordenamento, Aproveitamento, Desenvolvimento e Preservação de Recursos Naturais. Identificação e Potencialização de Impactos Ambientais. Identificação de Fontes Poluidoras e Controle de Poluição Ambiental. Licenciamento Ambiental. Diagnóstico, Zoneamento e Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas. Gerenciamento Costeiro e Condições de Ambientes Costeiros e Marinheiros. Recuperação de Áreas Degradadas e Revalorização de Regiões. Planejamento, Gestão e Manejo de Unidades de Conservação.
Antropogeografia
Sociodiversidade. Geopolítica. Planejamento e Organização Físico-Espacial Geral e Regional. Zoneamento Geo-Humano, Terras Indígenas, Quilombos e Comunidades Tradicionais. Demografia. Processos de Ocupação Humana. Dinâmica e Fluxos Populacionais. Limites Territoriais. Divisão das Unidades Político-Administrativas. Levantamentos Cadastrais. Cadastro Multifinalitário. Cenários para o Estabelecimento de Assentamentos Humanos, para o Desenvolvimento Urbano, Rural e Regional, e para o Ordenamento e Reordenamento Local e Regional da Ocupação do Solo Urbano e Rural. Identificação e Análise da Produção e Distribuição Espacial e Territorial de Patologias e Análise dos Componentes Infraestruturais dos Sistemas de Saúde. Correlações Espaciais de Zoonoses.
Geoeconomia
Cenários Físico-Culturais dos Setores Econômicos para o Planejamento das Bases Físicas, Territoriais, Ambientais e Econômicas dos Núcleos Urbanos, Rurais e Regionais. Estudos Socioeconômicos relativos a Mercado e Intercâmbio Comercial e relativos a Estruturação e Reestruturação dos Sistemas Viários de Circulação, de Transporte, Tráfego e Trânsito. Identificação e Análise de Potenciais Turístico-Geográficos. Zoneamento Ecológico-Econômico. Atividades interdisciplinares referentes a elaboração de Plano Diretor no âmbito da Geografia.

Segundo análise de Signori (2007) as atribuições profissionais dos geógrafos (encontradas no Anexo II da Resolução 1.010 de 2005) estão na categoria Engenharia, no campo de atuação profissional Agrimensura e Geografia, de forma que há áreas específicas de competências aos profissionais da Geografia (geociências e meio ambiente, antropogeografia e geoeconomia), e competências profissionais da Agrimensura (topografia, geodésia, cartografia, sensoriamento remoto, agrimensura e construção civil). Assim, ao profissional geógrafo que registrar-se no CREA, poderia ser concedido total ou parcialmente atribuições profissionais da agrimensura (topografia, cartografia, sensoriamento remoto e agrimensura), se comprovado que o aluno tenha cursado disciplinas que disponibilizassem estes conteúdos. Para Signori (2007), em um competitivo mercado de trabalho, as profissões se interpenetram nas suas atribuições. E mesmo que existam garantias normativas a respeito das atribuições profissionais dos geógrafos, é necessária a elevação da carga horária mínima dos cursos de graduação, de modo a possibilitar a ampliação dos conteúdos a serem cursados e diretrizes curriculares novas que estipulem os conteúdos básicos, os conteúdos profissionais essenciais e os específicos.

2.2. Formação profissional

A formação do geógrafo é resultado da qualidade da construção dos referenciais teórico-metodológicos durante a graduação que o permitirá executar suas atividades e funções de maneira adequada. O desconhecimento parcial da profissão perante a sociedade, assim como de suas atribuições em relação a outras profissões é reflexo inicialmente de sua formação. Conteúdos curriculares com insuficiente carga horária e deficiente em termos de qualidade nas áreas de geoprocessamento, topografia e cartografia, geram conflitos de trabalhos, sobretudo com engenheiros, arquitetos e biólogos.

Os profissionais, na atualidade, necessitam pensar, refletir e analisar a realidade, além de uma instrumentalização técnica que os permita, desempenhar suas atribuições de modo eficaz. Os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), cartografia computadorizada e o sensoriamento remoto, permitem obter cada vez mais significativos avanços na compreensão do espaço geográfico e no encaminhamento das questões territoriais. Entretanto, para Callai (2003), à medida que se privilegia a formação técnica em detrimento de um exercício crítico estar-se-á prejudicando a

própria formação, pois o mercado de trabalho exige, também, conhecimento e reflexão crítica frente às problemáticas que se apresentam ao profissional. Sustenta que se estaria pondo em risco o marco epistemológico da Ciência, uma vez que a concentração de esforços no tratamento técnico remete a uma Geografia tradicional, descritiva e que analisa a realidade aos pedaços, visão essa que se acreditava estar superada epistemologicamente.

No âmbito dessa discussão, Suertegaray (1994) reconhece a indispensabilidade em refletir quais as áreas que necessitam de maior expansão no currículo frente às demandas que se impõem ao trabalho do profissional em Geografia. Os cursos superiores devem estar articulados com a realidade social brasileira, com o objetivo de reconhecer as necessidades sociais mais emergentes e encaminhar ações curriculares nesse sentido.

O currículo da Geografia sendo multidisciplinar, com suas disciplinas de natureza física e de natureza social, acrescida de disciplinas instrumentais, possibilita a formação de um profissional com alto nível técnico-científico. Entretanto, pondera Argento (1996), que apesar desse potencial existe uma deficiência no enfoque pragmático tanto na área física quanto na humana, pela falta de agressividade do profissional tão comum na Engenharia, Medicina e Economia, ciências que apresentam as melhores opções de mercado. Esse ponto ao seu entender se traduz na restrição relacionada à formação básica do profissional geógrafo, minimizado através do cumprimento da obrigatoriedade dos estágios curriculares em empresas que desenvolvem trabalhos relacionados aos objetivos da Geografia.

Um ponto importante a ser levantado é a especialização necessária aos graduados como forma de obter maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Em análise da situação do campo de trabalho para os profissionais na esfera da União, Signori e Verdum (2009) observaram um baixo número de vagas disponibilizadas para geógrafos em concursos públicos no período pesquisado, o que comprova sua baixa inserção no âmbito federal. Em sua maioria os concursos oferecidos possuíam provas de títulos, o que significa que o geógrafo para não ficar em desvantagem em relação aos outros profissionais, deve ter títulos de pós-graduação, mestrado ou doutorado, em algumas situações, na área específica ao cargo desejado. Isso demonstra uma desconsideração da formação profissional, visto o profissional com menos conhecimentos que os demais, com atribuições semelhantes.

2.3. Atuação profissional

Os campos de atuação do geógrafo no Brasil se alteraram e se ampliaram desde a criação dos primeiros cursos de ensino superior de Geografia na Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1937. Embora a profissão geógrafo, ainda, não estivesse regulamentada nesse período, havia trabalhos realizados no IBGE movidos pelo interesse de demarcação e reconhecimento do território brasileiro, das regionalizações criadas e da veiculação através do ensino da ideologia nacional.

Nos anos pós-guerra, de forma geral, houve um período de crescimento econômico mundial e expansão da indústria. No Brasil, aos geógrafos coube a elaboração de subsídios ao planejamento, tão valorizado neste período gestado pela economia. Segundo Suertegaray (2002) o trabalho do profissional se tornou mais visível com a democratização do ensino superior e a sua expansão, quando neste momento surgem os cursos de bacharelado em Geografia e ocorre a regulamentação da profissão de Geógrafo, em 1979.

Nos anos 1990, como constata Suertegaray (2002), as políticas neoliberais implantadas pelo Estado brasileiro tiveram como consequência a diminuição de empregos públicos aos geógrafos. No entanto, com a ampliação da discussão da questão ambiental emerge a demanda de diagnósticos, estudos de impactos ambientais e laudos, promovendo o surgimento e a expansão das empresas de consultoria, por conseguinte, a substituição parcial de um perfil profissional que exercia suas atividades junto ao poder público para um geógrafo que desenvolveria suas atividades junto ao setor privado. (SUERTEGARAY, 2002). Observam-se, também, trabalhos visando interesses específicos de grupos sociais voltados à questão territorial, tais como: a demarcação de territórios de sem terras, de extrativistas, de quilombolas e de indígenas, novas demandas que surgiriam como contraponto e resistência àquelas políticas neoliberais.

Entretanto, em análise feita por Signori e Verdum (2009), entre os anos de 1996 e 2006, o Estado vem implantando e fortalecendo políticas públicas em face de constituir uma política de carreira para os profissionais públicos, buscando atualizar permanentemente o aparelho do Estado. Áreas de planejamento, gestão territorial, urbana e agrária, e em especial de meio ambiente, são as principais áreas de atuação ofertante de vagas aos geógrafos em concursos públicos federais a partir deste período, até os dias de hoje. Na atualidade, então, a atividade profissional engaja-se em diferentes áreas de atuação na busca da resolução de problemas que afligem o mundo

contemporâneo, em estudos nas escalas local, regional e nacional, em temas que envolvem, como por exemplo, as questões ambiental, cultural e de identidade, moradia, gênero, concentração de poder, de informação, de inclusão e exclusão social.

2.4. Aprimoramento técnico

Para que ocorra um engajamento em nível de mercado de trabalho e que consolide a Geografia como ciência aplicada, na visão de Pedroso (1994), é necessária uma estratégia de organização da comunidade geográfica que aponte rumos a serem seguidos para a solução de distorções de formação básica. Baseando-se nas perspectivas profissionais de trabalho e campos de atuação, ele afirma que é primordial uma maior carga horária em disciplinas de instrumentalização, visto que a existência e a prática em laboratórios de aerofotogrametria, geomorfologia, pedologia ou atividades de campo com levantamentos topográficos não são rotina em todos os cursos que formam bacharéis no país.

Estudos voltados ao ambiente são frequentes na atualidade e possuem papel imprescindível nos âmbitos socioeconômicos e políticos do país. O termo ambiente engloba as relações que existem entre as sociedades humanas, que integram seus aspectos econômicos, sociais e culturais e os componentes físicos, químicos e bióticos da natureza. No caso específico do profissional geógrafo, existe um elo marcante entre o ambiente e o objeto da sua própria formação básica que, em última análise, recai na compreensão da natureza dos eventos que se distribuem no espaço. Assim, o ambiente pode se revestir num “marketing” para a ampliação de mercado de trabalho do Geógrafo (ARGENTO, 1996). Ao considerar que o critério da competência é primordial no mercado profissional, para que os geógrafos assegurem empregos qualificados é imprescindível, serem capazes de produzir o conhecimento geográfico, de forma eficaz tanto na área técnica como científica. Seguramente, a ampliação de espaços de trabalho para os geógrafos no Brasil trará maior reconhecimento social da profissão.

2.5. Referenciais teórico-metodológicos da Geografia

A delimitação de períodos históricos do pensamento científico de uma determinada disciplina, de forma linear, é passível de críticas. Há tantos períodos quanto diferentes pontos de vista, culturais ou ideológicos, entre os pesquisadores que se propuseram a estudar o assunto e a sistematizar a construção do conhecimento de uma ciência. Para Andrade (1987), as mudanças na orientação do estudo da Geografia se processaram lentamente, sendo difícil estabelecer limites, quando há autores que se encontram em períodos distintos, assim como há autores, que através de suas obras participam de períodos que se sucedem. Entretanto, essa periodização é necessária, pois é uma maneira de tornar mais perceptíveis fases distintas do conhecimento geográfico em relações a outras quanto aos objetivos, metodologias e temáticas, que em determinada época conduziam a maioria das pesquisas.

O resgate histórico, aqui exposto, seguirá dentro da perspectiva de alguns pesquisadores, que se propuseram a estudar o pensamento geográfico. Da mesma forma, a caracterização do perfil do profissional geógrafo estará em acordo com cada recorte histórico, sendo necessária para descobrir quais abordagens teórico-metodológicas estão presentes nos trabalhos dos geógrafos bacharéis.

Segundo Santos (1993), os momentos históricos que mais marcaram a Geografia, alterando concepções anteriores dentro da ciência, foram o imperialismo do final do século XIX; a sistematização do conhecimento e emprego de modelos matemáticos e estatísticos no período seguinte a Segunda Grande Guerra; e a atual crise do capitalismo com suas múltiplas formas de criação da pobreza e alienação.

2.5.1 Geografia Tradicional

No final do século XIX, a consolidação da Geografia Tradicional é consequência do aprimoramento das técnicas cartográficas, de inventários de recursos naturais e do desenvolvimento comercial em escala mundial advinda de séculos de descobrimentos marítimos por colonizadores europeus. Nessa época, as ciências naturais já haviam constituído teorias e conceitos sólidos dos quais a Geografia se utilizaria para se constituir como disciplina autônoma, baseada na concepção filosófica e metodológica do positivismo de Augusto Comte. Através desse referencial teórico-metodológico, os estudos se limitavam a descrição exaustiva, a enumeração e a classificação dos fatos referentes à natureza, em seus aspectos físicos, em uma clara não aceitação da diferença

de qualidade entre o domínio das ciências humanas e o das ciências naturais. (MORAES, 2005).

O surgimento das primeiras teorias, das propostas metodológicas e dos primeiros institutos universitários dedicados à Geografia ocorreu na Alemanha e na França, no final do século XIX. Os estudos regionais ganharam prestígio nesse período e muitos geógrafos admitiam serem eles os mais legítimos estudos de Geografia, porque se preocupavam tanto com aspectos naturais como os sociais, sem se aperceberem que nesses estudos havia muito mais uma justa posição do físico ao humano do que a necessária integração. (ANDRADE, 1987). Em geral, esses estudos atenderam as demandas das classes dominantes na luta pela exploração dos recursos naturais, organização territorial e justificativa para o expansionismo colonial europeu.

A institucionalização do ensino e da pesquisa da Geografia no Brasil, da mesma forma que nos países precursores do pensamento geográfico, ocorreu quando a burguesia e a classe média urbana passaram a ter maior influência sobre o governo e a atenuar o poder da burguesia agrário-exportadora, pós Revolução de 1930. Podem-se apontar os trabalhos de Delgado de Carvalho, abordando temas de Geografia Regional e Geografia Física, dentro do pensamento da escola clássica francesa. Baseado na obra de Vidal de La Blache, esse pensamento dominou a Geografia brasileira concomitante a implantação dos primeiros cursos de Geografia nas primeiras universidades no país, da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1937) e da fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros (1934).

Com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1935), o ensino da Geografia estava ligado ao da História e da Sociologia, dentro da tradição francesa, dando maior ênfase a Geografia humana e regional, analisando as regiões em seus aspectos demográficos e econômicos, embora dando ênfase também, nas descrições da natureza consideradas físicas. As universidades teriam ligações com o IBGE, devido à possibilidade de carreira do geógrafo no país, onde os profissionais eram encaminhados para trabalhos de planejamento. O IBGE organizou duas publicações, o Boletim Geográfico Brasileiro e a Revista Brasileira de Geografia, obras que divulgavam artigos de pesquisas, informações e resenhas de interesse geográfico. Nelas se podiam perceber as tendências dominantes do pensamento do instituto, principalmente ligados à geopolítica, sobretudo na busca por uma nova divisão territorial do Brasil em regiões geográficas, então denominadas regiões naturais. (ANDRADE, 1987). O IBGE oferecia condições de maior segurança no trabalho do geógrafo, dada à elaboração mais

consistente e uniforme de informações estatísticas, realizando censos populacionais e econômicos com frequência, servindo de órgão técnico de consulta para o Poder Central.

A AGB, fundada em 1934, em São Paulo reunia grupos de intelectuais. Com a contribuição de sócios efetivos, geralmente geógrafos influentes que possuíam trabalhos publicados, estudantes e pessoas interessadas em Geografia, assim a associação foi tomando proporções nacionais. Sua contribuição para o desenvolvimento da Geografia brasileira, nesse período, decorre do fato que ela reunia geógrafos de pontos diversos no país, para debaterem temas e questões, a fim de divulgar métodos e técnicas de trabalho, também advindos dos centros mais consolidadas no que se refere à produção do conhecimento geográfico. (ANDRADE, 1987).

O geógrafo tradicional tem como função elaborar um extenso detalhamento de uma área, frisando suas peculiaridades, marcadamente as referentes às características físicas. Sua concepção de natureza, como algo externo ao homem, é perceptível na elaboração dos seus trabalhos, onde ocorre uma fragmentação entre distintos estudos - solos, água, relevo, clima. Da mesma forma, ocorre com os aspectos relacionados ao homem, como a caracterização, por exemplo, de dados populacionais e da economia. Esses estudos são descritivos e pouco relacionais entre os processos de transformação e influência do elemento humano no natural.

2.5.2. Geografia Quantitativa

No período pós Segunda Guerra Mundial, o Brasil já contava com levantamentos das características do país, baseados em modelos clássicos. Entretanto, as técnicas e os métodos que os geógrafos brasileiros dominavam tanto as de influência estrangeira quanto as nacionais, eram insuficientes para a compreensão da realidade brasileira. A Geografia não podia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos, após aquele período. Conforme Santos (1993), os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações e a expansão de uma economia internacional que se tornava “mundializada” não eram contemplados pelos estudos da Geografia Tradicional. Os estudos voltados ao urbano e a influência das cidades, e principalmente a ênfase na participação do planejamento, eram tendência entre os estudos que seguiriam com a nova fase em que a Geografia passaria.

Segundo Moraes (2005), a Geografia Quantitativa é o período histórico em que os estudos objetivavam buscar novas técnicas e uma nova linguagem, que poderiam dar

conta das novas tarefas postas pelo planejamento estatal e/ ou empresarial. No Brasil, essa concepção teórico-metodológica iniciou com a produção desenvolvida essencialmente no IBGE, e significativamente no período entre o final da década de 1960 e o final da década de 1970. (EVANGELISTA, 2007). Seu surgimento advém da crítica ao caráter descritivo e fragmentado da Geografia Tradicional, embora se diferencie, basicamente, pelo emprego de técnicas mais complexas provenientes das ciências exatas. As temáticas poderiam ser explicadas por métodos matemáticos, baseadas no neopositivismo, visando tornar a ciência geográfica mais precisa.

Sua origem nos EUA revela seu caráter mais preciso: a hegemonia mundial do capitalismo americano. Sua expressão mundial revela a face nova do imperialismo: as empresas multinacionais. Sua designação de “Geografia quantitativa”, por fim, revela a ruptura com o funcionalismo-positivismo e novo casamento: a base neopositivista (positivismo lógico ou filosofia analítica). Seu caráter “revolucionário” radica, por conseguinte, particularmente, no plano do método, sendo esse a combinação do “método quantitativo” com a “teoria dos sistemas” e a “teoria dos modelos”. Significa dizer: o salto da fase descritiva, de que a Geografia na realidade não saíra ainda, para a fase explicativa. Vale dizer: da fase pré-científica, em que ainda se encontraria a Geografia em pleno século XX, para a fase da cientificidade. (MOREIRA, 1994).

Com a afirmação de Moreira (1994), se pode concluir que para os geógrafos quantitativos, as relações entre fenômenos físicos e humanos poderiam ser expressas em termos numéricos e por modelos, oriundos da Economia, Estatística e Ecologia. A crítica à Geografia quantitativa surge do empobrecimento da análise por ela empreendida, bastante conservadora, uma vez que a sofisticação da descrição e das técnicas não estava de acordo com a simplicidade explicativa por ela apresentada. Ao propor suas ações, exclusivamente na quantificação técnica, a Geografia Quantitativa poderia mascarar os reais interesses das soluções propostas e dos objetivos dos planejadores, se contrapondo a neutralidade científica a qual se propunha.

Pelo contexto em que se desenvolveu a Geografia Quantitativa – expansão do capitalismo industrial, ascensão da burguesia como classe dominante e da necessidade de planejamento territorial e estatal - o perfil do geógrafo, como Moreira (2010) afirma, pode ser reconhecido como um planejador, que através do rigor matemático de mapeamento dos recursos que a nova economia então decreta como sendo a prioridade maior. O pesquisador frente ao seu objeto de estudo, embora questionável, mantém uma neutralidade científica e imparcialidade. É um especialista na teoria e na prática de localizações e da organização do espaço baseado nas leis de mercado, de matérias primas, como animais e vegetais, minerais, energia fóssil e mercado de bens de

consumo industriais. A demarcação das áreas de mineração, agrícola e industrial, a partir da lógica de governos e grandes empresas é a tarefa do geógrafo, visto como um técnico especialista no planejamento. O profissional utiliza técnicas de cartografia e fotointerpretação, levantamentos, extensa descrição e sistematização.

2.5.3. Geografia Crítica

Ao longo da década de 1960, uma parte da Sociologia iniciou pesquisas que expunham a complexidade dos comportamentos sociais. Conforme Gomes (1996), esses estudos reportavam que as atitudes sociais, dentro do contexto de cada comunidade, estabeleciam valores e referências, que tinham pouca ou nenhuma relação com o comportamento estritamente racional e utilitário empregado pela Geografia Quantitativa. Portanto, o indivíduo não pode ser comparado a um agente econômico perfeito, assim como os obstáculos espaciais não estão restritos somente à natureza física.

Esse período de movimento e renovação do pensamento geográfico denomina-se Geografia Crítica. Ele contrapõe a Geografia Tradicional e a Geografia Quantitativa e o esvaziamento de suas técnicas e do pouco comprometimento que tinham para com as problemáticas decorrentes da sociedade capitalista em expansão, como a indiferença às desigualdades socioeconômicas excludentes da sociedade brasileira.

Os autores se posicionaram por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo, propondo uma Geografia militante, que lutasse por uma sociedade mais justa (MORAES, 2005). Em nível acadêmico, criticaram as exaustivas descrições e a despolitização ideológica do discurso geográfico do período anterior.

De acordo com Moraes (2005), os geógrafos franceses Yves Lacoste e Pierre George, assim como David Harvey - ao criticar seu próprio trabalho dentro da Geografia quantitativa nos EUA - procuraram um tipo de análise que colocasse a descoberto as contradições do modo de produção capitalista, nos quadros regionais, introduzindo claramente alguns conceitos marxistas na discussão geográfica. Destaca-se no Brasil, Milton Santos, por suas contribuições ao abordar questões referentes à epistemologia da Geografia, a globalização e ao espaço urbano. Esses autores procuraram expor as contradições sociais de uma sociedade estruturada em classes e suas desigualdades, estudos que não se viam nas análises geográficas anteriores.

Para o geógrafo crítico, o método que norteia seu trabalho é o materialismo histórico, que busca compreender as relações sociais através das forças produtivas. Assim, o capital alteraria as relações sociais constantemente ao “mover” por espaços, que propiciem as melhores vantagens econômicas. Podem-se citar inúmeros processos associados a esse constante movimento, como a expulsão do campo para a cidade de um enorme contingente populacional e a aceleração da industrialização e da informação em níveis mundiais, temas presentes nos estudos de geografia crítica. As técnicas utilizadas por geógrafos tradicionais e quantitativos, como cartografia, a fotografia aérea, os modelos quantitativos e programas de geoprocessamento, não são capazes de pensar e interpretar o mundo por si mesmo, e sim a competência de análise empregada pelo profissional na interpretação dos resultados obtidos com essas ferramentas.

2.5.4. Geografia Humanista

Nesse mesmo período da crítica à Geografia, a ciência geográfica é influenciada pelo humanismo e sua diversidade de concepções. Vários autores iniciam seus trabalhos seguindo essa orientação metodológica, influenciados pela Psicologia, Antropologia, História e Filosofia, surgindo assim a designação Geografia Humanista dada pelo investigador norte-americano, de origem chinesa, Yi-fu Tuan (CLAVAL, 2006). A coesão de diferentes propostas, limites e métodos (existencialismo, fenomenologia, hermenêutica) dentro do humanismo, se deram pelo reconhecimento entre os autores de que a forma e o conteúdo praticado pela ciência geográfica, até os anos 1970, eram inadequados e insuficientes. A pesquisa deveria centrar nas experiências das pessoas, dos grupos e das comunidades com o espaço em que vivem, com o objetivo de compreender seus valores e comportamentos. Claval (2006) afirma que essa visão diferente a respeito da Geografia estava presente desde o início dos anos 1950 em alguns precursores como o historiador e geógrafo francês Eric Dardel. Para esse, a Geografia não tem por finalidade descrever a Terra e sim mostrar como o homem nela inscreve a sua existência e lhe dá sentido, modelando os territórios a que atribui valores.

O geógrafo humanista busca se colocar na perspectiva de um observador o com a intenção de interpretar o espaço, não apenas com uma simples indicação da localização dos fenômenos que ali ocorrem, mas a partir da interpretação dada pelos grupos humanos que ali vivem.

A função do geógrafo é, a partir das complexas analogias, dos valores, da linguagem, da religião, das representações e das identidades que figuram neste espaço,

catalisar toda a significação que esses grupos humanos utilizam para entender o seu “lugar” – termo que induz a uma visão mais integrada do espaço com seus valores. (GOMES, 1996). Para realizar tal tarefa é necessária a total imersão do profissional em uma comunidade (ou contexto similar), na busca pela singularidade e a individualidade dos lugares.

A interpretação das culturas, em sua inscrição espacial, deve ser feita pelo geógrafo a partir do maior número de elementos possíveis que tratam dos valores, das significações e das associações construídas por um grupo social. A arte é, em geral, considerada como o meio mais livre e mais espontâneo deste tipo de manifestação, e bastante utilizada na pesquisa (GOMES, 1996).

2.5.5. Geografia Ambiental

Desde sua concepção como ciência moderna, a Geografia abordava a natureza de forma fragmentada e descritiva. Nos últimos quarenta anos, o conceito se modificou bastante, passando a incluir uma dimensão social, o que resultou numa busca e formulação de novas bases metodológicas para sua abordagem. A evolução conceitual teve na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio ECO/92) um dos seus primeiros marcos. Com os debates, resultaram em novas maneiras de se conceber os problemas ambientais sem dissociar a sociedade da natureza. Conforme Mendonça (2001), a inserção da perspectiva humana na abordagem ambiental, portanto, social, econômica, política e cultural, parece ser um desafio para toda uma geração de intelectuais, cientistas e ambientalistas que se encontra vinculada a tais discussões no presente.

Os estudos da Geografia Física do século XIX e início do século XX estavam atrelados diretamente ao estudo da natureza do planeta, e hoje estão voltados aos graves problemas derivados da interação sociedade-natureza. Para Mendonça (2001), não se pode afirmar que tenha havido uma total semelhança entre Geografia Crítica e Geografia Ambiental. A corrente ambientalista se contrapõe a corrente da Geografia Crítica, uma vez que a busca por soluções dos problemas ambientais do planeta deve estar acima de quaisquer ideologias, mesmo que possa ser por todas apropriadas. Embora muitos geógrafos tenham tido o contato com novas perspectivas de análise do espaço e do ambiente, enquanto militantes políticos de esquerda, a explícita posição ideológica da corrente crítica no país e o seu vínculo com o método marxista, permitiram somente abordagens parciais de estudos referentes à análise dos problemas

ambientais. (MENDONÇA, 2001). Não se pode, assim, admitir que tal produção geográfica pertencesse integralmente aos princípios da Geografia Crítica, pois o social compreende apenas uma parcela do ambiente, e os elementos da natureza não devem ser reduzidos somente a recursos econômicos.

Para o geógrafo, a noção de ambiente não recobre somente a natureza em seus aspectos físicos. Esse termo designa as relações de interdependência que existem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do ambiente e integra, também, seus aspectos econômicos, sociais e culturais. (MENDONÇA, 2001). O profissional, que realiza os trabalhos dentro da ótica da Geografia Ambiental engloba o social na discussão da problemática ambiental, buscando analisar as dinâmicas da natureza e as interações nelas, por parte da sociedade(s) humana(s).

Esses profissionais rompem com a predominância da descrição-analítica dos elementos e das características naturais, buscando abordar de forma detalhada procedimentos e intervenções para a recuperação da degradação ambiental, objetivando a melhoria da qualidade de vida do homem. Seus estudos fazem referência à solução das problemáticas ambientais, identificando situações conflituosas, tanto na dimensão natural quanto na social.

3. Metodologia

3.1. Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa é utilizada quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa, sendo apropriada quando o fenômeno em estudo é complexo e não tende à quantificação. De uma forma geral, os métodos qualitativos são menos estruturados e lidam com informações mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes. Cabe ao pesquisador desenvolver os conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados no material adquirido.

A pesquisa de caráter exploratório, segundo Silveira e Cordova (2009) e executada no presente trabalho busca maior familiaridade com o fenômeno pesquisado, com vista a torná-lo mais explícito. Através dela, se busca levantar informações que poderão levar o pesquisador a conhecer melhor a seu respeito, de forma que os vários aspectos relativos ao fato possam ser considerados.

3.2. Procedimentos metodológicos

3.2.1. Coleta de dados

O instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa foi o questionário (Anexo 1), constituído por uma série de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas sem a presença do pesquisador. A linguagem utilizada é simples e direta para facilitar a compreensão, possuindo ainda como vantagens a economia de tempo na obtenção dos dados, respostas precisas, maior liberdade nas respostas em razão do anonimato e uniformidade para avaliação do pesquisador (SILVEIRA E CORDOVA, 2009).

Esse instrumento foi construído com perguntas abertas, sem respostas ou condições prefixadas, para que os bacharéis em Geografia tenham a possibilidade de discorrer sobre os questionamentos propostos. Em virtude de facilitar a organização, proporcionar uma padronização e agilidade ao analisar as informações, há algumas perguntas fechadas onde o informante deve escolher uma resposta entre a que deseja fornecer. Por fim, conta ainda com perguntas mistas, onde dentro de uma lista predeterminada há um item aberto no qual o profissional tem a liberdade de colocar suas observações.

As perguntas foram pensadas de modo a desencadear nos profissionais, tanto liberais ou daqueles inseridos em órgãos públicos ou privados, descrições de sua área de atuação e atribuições no trabalho, além das percepções e concepções que tem da Ciência Geografia. Esse instrumento de pesquisa foi dividido em quatro blocos, para melhor compreensão daqueles que responderão e para facilitar a futura análise:

- O primeiro bloco, chamado “Dados Pessoais”, consiste em informações referentes à gênero, idade, instituição de formação, local e cargo de trabalho;
- O segundo bloco, denominado “Referencial Teórico-metodológico e a Prática Profissional” é constituído por perguntas que visam identificar a concepção do profissional em relação ao conhecimento que possui dos referenciais teórico-metodológicos da disciplina e que fundamentam a elaboração de suas atribuições na legislação. Ainda, busca identificar o posicionamento do profissional em relação à aplicabilidade desses por outros geógrafos bacharéis;

- O terceiro bloco, chamado “O fazer”, contém perguntas relacionadas à prática profissional. Foram elaboradas com o objetivo de identificar a utilização de determinado(s) referencial (s) no trabalho diário de cada geógrafo bacharel;
- O quarto bloco, denominado “Projeções”, possui perguntas com o intuito de identificar as projeções que os geógrafos bacharéis possuem em relação ao conhecimento geográfico e sua prática profissional.

Na pesquisa qualitativa o tamanho e a complexidade da população são determinantes na dimensão da amostra a ser contemplada, embora haja uma liberdade na composição dos casos a serem estudados. Entretanto, o pesquisador deve evitar que preferências, valores pessoais ou fatores de conveniência afetem as decisões sobre a população a ser escolhida (GERHARDT, 2009).

Buscou-se através do CREA-RS informações dos geógrafos com vínculo ativo no conselho a fim de atingir a totalidade dos profissionais atuando no estado do Rio Grande do Sul. Por questões de privacidade o órgão não pode fornecer os dados. Assim, para atingir o maior número possível de geógrafos bacharéis, atuando no estado, optou-se por buscar os dados junto à Associação de Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre (AGB – PA) e à Associação dos Geógrafos Profissionais (AGP/RS), no ano de 2014. Essas associações disponibilizaram os e-mails de seus associados, para os quais foram enviados os questionários. Os principais resultados da pesquisa podem propiciar contribuições às estratégias políticas dessas associações.

Os 332 e-mails fornecidos pela AGB-RS continham dados de estudantes, licenciados e bacharéis, assim como bacharéis e licenciados já graduados. Como tal distinção não existia no momento de fornecê-los, no questionário há a opção de identificação para seleção de apenas os bacharéis em Geografia com curso superior concluído. Os 119 e-mails fornecidos pela AGP-RS, face aos seus critérios de associação, continham apenas graduados bacharéis em Geografia.

Depois de redigido, o questionário antes de sua utilização definitiva foi testado por meio da aplicação de alguns exemplares a um grupo de dez (10) estudantes de Geografia (Bacharelado) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a fim de identificar o tempo necessário ao seu preenchimento, possíveis dificuldades de interpretação das perguntas, ambiguidades e outras falhas. O tempo médio de preenchimento do questionário foi de quinze (15) minutos. Não foram reportadas dificuldades de interpretação e de resolução dos questionamentos.

Com o intuito de obter maior retorno por parte dos profissionais, dando-lhes segurança ao responder as perguntas solicitadas e, também, credibilidade à pesquisa, o Centro de Processamento de Dados (CPD) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) disponibilizou a ferramenta *LimeSurvey* para sua execução. Customizada para a UFRGS e instalada nos servidores da universidade, essa ferramenta funciona através de convites disparados ao endereço eletrônico do público-alvo. Os dados obtidos com a pesquisa foram coletados no período de 5 de maio de 2014 à 19 de maio de 2014.

3.2.2. Análise de dados

Com o objetivo de interpretar o material adquirido, através do questionário, se faz necessário executar diversas leituras visando explorar seu conteúdo. De início, se trabalhou com dados quantitativos contidos no Bloco I (Dados Pessoais) como: idade, gênero, instituição de formação, local de trabalho, cargo/setor e formação (bacharelado). Esse último item é de fundamental importância, pois serão analisados apenas os questionários dos formados em bacharelado Geografia e atuando no mercado de trabalho. Os dados foram tabelados e serviram para comparação com informações dos outros blocos. A partir dessa primeira seleção, a análise segue:

Bloco II

- Contabilizar a proporção de profissionais que reconhecem os diferentes referenciais teórico-metodológicos da disciplina, e identificá-los;
- Avaliar, através do conteúdo do material, qual a aplicabilidade dos referenciais, na visão dos geógrafos bacharéis, nas práticas dos outros profissionais;
- Mensurar quantos profissionais reconhecem os diferentes referenciais teórico-metodológicos que fundamentam a elaboração das atribuições profissionais contidas na Lei 6.664/79 e Resolução 1.010/05 CONFEA.

Bloco III

- Quantificar as distintas áreas de atuação e atribuições dos profissionais;

- Apontar quais referenciais teórico-metodológicos e conceitos são utilizados pelos geógrafos em seu trabalho diário;
- Verificar as finalidades dos projetos/ trabalhos realizados;
- Elaborar um perfil de profissional.

Bloco IV

- Mensurar a quantidade de profissionais que creem ou não que os referenciais teórico-metodológicos da Geografia atendam as demandas sociais e suas práticas profissionais;
- Identificar e examinar as readequações ou reformulações dentro da disciplina sugerida pelos profissionais.

4. Resultados e Discussões

O conjunto de dados obtidos durante a pesquisa corresponde a uma amostra de vinte e cinco (25) geógrafos bacharéis. Nessa amostra, nove (9) são mulheres e os demais (16), homens, correspondendo esses últimos, assim, a 64% dos participantes. O mais jovem possui vinte e quatro anos (24), enquanto o mais velho possui exatamente cinquenta e oito anos (58). Existe certa homogeneidade na distribuição dos profissionais em relação a sua faixa etária. Há sete (7) com idades entre 20 – 30 anos; nove (9) na faixa dos 30 – 40 anos; quatro (4) entre 40 – 50 anos, assim como o mesmo número de participantes que possuem entre 50 e 60 anos. Há um (1) participante que não informou sua idade.

A presença de profissionais de diversas idades e a relativa uniformidade em que se encontram distribuídos por faixa etária é vantajoso à pesquisa. Considerando que os referenciais teórico-metodológicos na ciência Geografia são reavaliados, em relação às demandas sociais ao longo do tempo, o trabalho se enriquece com as contribuições de geógrafos de idades distintas e formados em instituições de ensino superior diferentes.

De acordo com a Tabela 1, as instituições nas quais os participantes graduaram-se correspondem em sua maioria aquelas situadas no estado do Rio Grande do Sul. São elas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal de Rio Grande. Há ainda três (3) que se formaram em

universidades fora do estado. Um (1) na Universidade Federal de Santa Catarina e outro (1) na Universidade Federal de Goiás. O terceiro participante teve sua formação no exterior na Universidad de La República, no país vizinho, o Uruguai. Observa-se que todas as instituições citadas, no Brasil, são públicas e federais, não havendo geógrafos bacharéis graduados em universidades privadas nessa amostra.

Tabela 1: *Instituição de nível superior de formação dos profissionais*

Instituição	Profissionais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	16
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	4
Universidade Federal do Rio Grande – FURG	2
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	1
Universidade Federal de Goiás - UFG	1
Universidad de La República - UDELAR (Uruguai)	1

Através da tabela 2 nota-se que seis (6) profissionais atuam em empresas privadas (e autônomo), correspondendo a 24% do total de participantes. As instituições universitárias empregam doze (12), ou 48% desses. Os demais (28%) desenvolvem suas atividades profissionais junto a outros órgãos federais (exemplo: Ministério do Planejamento), estaduais (FEPAM) e municipais (EPTC).

Tabela 2: *Número de profissionais por local de trabalho*

Local de Trabalho	Profissionais
UFRGS	6
Consultorias Ambientais	3
EPTC	2
UFPEL	2
ULBRA	1
FURG	1
UNIFRA	1
UPF	1
FEPAM	1
EMBRATEC	1
Inst. Fed. de Educação, Ciência e Tec. - IFRS	1
Secretaria Estadual do Meio Ambiente (RS)	1
Ministério do Planejamento – Sec. de Patr. da União	1
Autônomo	1
Empresa Privada (Sem especificação)	1
Estado do Pará e Tocantins (Sem especificação)	1

Os cargos em que atuam são variados, assim como sua denominação e setor no qual estão empregados, como demonstra a tabela 3. Há nove (9) professores universitários, dois (2) bolsistas pesquisadores e um (1) participante que afirma trabalhar na FURG, embora não defina seu cargo. Totalizam juntos, os 48% dos profissionais que atuam dentro de universidades.

Os profissionais que se nomeiam Geógrafos, no cargo em que ocupam, atuam em diferentes áreas. Essas foram definidas pelo setor de Recursos Hídricos e Técnicos em Transportes, ambos representados por dois (2) trabalhadores. Há ainda aqueles representados apenas por um indivíduo trabalhando em setores de Geoprocessamento (essencialmente), Cartografia, Técnico de Nível Superior e outro sem especificá-lo.

Tabela 3: *Número de profissionais por cargo e setor*

Cargo/ Setor	Profissionais
Professor Universitário	9
Geógrafo – Recursos Hídricos	2
Geógrafo – Técnico em Transportes	2
Geógrafo – Geoprocessamento	1
Geógrafo – Cartografia	1
Geógrafo – Técnico de Nível Superior	1
Geógrafo – (Sem especificar o setor)	1
Analista de Geoprocessamento	1
Supervisor Ambiental	1
Consultor Ambiental	1
Pesquisadores Bolsistas	2
Coordenador de Planejamento Operacional	1
Gerente de Projetos	1
Não especificado	1

As definições, Supervisor Ambiental (atuando nos estados do Pará e Tocantins), Gerente de Projetos, Coordenador de Planejamento Operacional (Metroplan) e Consultor Ambiental Autônomo são outros termos encontrados para expressar o cargo em que ocupam enquanto geógrafos bacharéis. Essa variedade de designações pode refletir - ainda que deva-se levar em consideração a capacidade individual de cada um - a capacidade do profissional em atingir postos de trabalho relacionados à liderança, assim como competência para atuar de forma autônoma.

4.1. Os referenciais teórico-metodológicos e a prática dos profissionais

4.1.1. O reconhecimento dos referenciais

A utilização de certos referenciais teórico-metodológicos marcou períodos dentro da constituição da Geografia enquanto ciência, uma vez que conduziam, e ainda conduzem as práticas de ensino e pesquisa. Os geógrafos bacharéis, que responderam a esta questão (21), demonstraram em sua maioria, dezesseis (16) que são professores universitários, reconhecer alguns referenciais definidos no estudo.

Os mais citados se enquadram dentro do que foi estabelecido como Geografia Crítica. Citada sete (7) vezes, foi reconhecida nas respostas pela utilização do método materialista histórico e dialético, aquela em que “se baseia nas relações socioeconômicas para tratar das estruturas e dinâmicas espacializadas concretamente”. A Geografia Quantitativa, também citada por sete (7) profissionais, teve seu reconhecimento ligado ao uso de sistemas informacionais, dados quantitativos, análises estatísticas e comparações, os quais atribuíram a esse período. Segue-se, referida três (3) vezes, a Geografia Clássica, definida por alguns como “descritiva, determinística e positivista”.

Observa-se que a maioria dos pesquisados apenas indicou os períodos, enquanto outra pequena parte demonstrou estabelecer uma conexão entre a utilização de dados referenciais e sua readequação ao longo do tempo histórico, como abordado por um professor universitário:

“Os referenciais teórico-metodológicos da Geografia respondem às preocupações do seu tempo. Em um momento de desenvolvimento tecnológico e territorial, a Geografia Teórica serviu, por exemplo, para o desenvolvimento de modelos e quantificação dos dados espaciais. Quando este modelo se esgota, com o próprio esgotamento da ditadura militar, inicia um período de crítica à Geografia.”.

Os demais apontamentos a respeito dos referenciais teórico-metodológicos constavam como “Geografia Moderna”, sem definições claras de sua significação. E, duas (2) vezes citada, “Geografia Pós-Moderna”, frisando análises na perspectiva da inserção dos indivíduos e coletivos humanos no espaço a partir dos seus referenciais culturais (Geografia Cultural), que no presente trabalho se insere dentro do que se definiu como Geografia Humanística.

Não houve demonstração por parte dos participantes de que a Geografia Ambiental se constituísse como um período marcado por referenciais teórico-metodológicos claros que a pudessem distingui-la dentre os demais. Observa-se que consultores e supervisor ambientais não fizeram menção a termos como “Geografia Moderna” ou “Pós Moderna”, conceitos que poderiam incluir implicitamente, a Geografia Ambiental, dada sua temporalidade e a área em que atuam.

4.1.2. Os referenciais e as atribuições profissionais

Diferentes referenciais teórico-metodológicos fundamentaram as atribuições do Geógrafo bacharel, contidas na Lei 6.664/79 e Resolução 1.010/05 CONFEA. Dos participantes dessa pesquisa (25), apenas oito (8) afirmaram reconhecer que as atribuições estão relacionadas aos referenciais teórico-metodológicos da Geografia e, assim, implícitos na legislação. Os demais discordam da afirmação ou não distinguem a relação entre os referenciais e as atribuições profissionais. Um contraponto foi citado: algumas atribuições mais recentes, como exemplo, as relacionadas à geomática, carecem de referenciais embasados nas teorias da Geografia.

4.1.3. A aplicabilidade dos referenciais teórico-metodológicos

A aplicabilidade dos referenciais teórico-metodológicos, através das práticas dos profissionais é percebida por quinze (15) pesquisados. Dentre esses, nove (9) fizeram comentários a respeito. Houve o reconhecimento de quatro períodos propostos nesta pesquisa. Não foi demonstrado que os profissionais reconheçam na prática dos outros o emprego de referenciais característicos da Geografia Humanística.

Há uma (1) menção, realizada por um Geógrafo do Ministério do Planejamento, a respeito de trabalhos que se baseiam na ótica do possibilíssimo e determinismo (onde fica clara a descrição do conjunto estudado) em trabalhos, principalmente, acadêmicos. Existe, por parte de três (3) professores universitários, uma percepção de que muitos trabalhos práticos de cunho social possuem uma análise centrada, essencialmente, no debate de apropriação do meio social através do materialismo histórico.

O geoprocessamento, regionalizações e aspectos populacionais são aplicações relativas à Geografia Quantitativa, sendo práticas reconhecidas pela maioria dos geógrafos bacharéis. Um professor da UFPel menciona a excessiva depreciação a esse período:

“O uso dos pressupostos críticos, por exemplo, nos incitam a buscar uma prática profissional que respeite as comunidades tradicionais, a conservação da natureza, o direito das cidades, etc. Se negam, contudo, um saber-fazer da Geografia que caiu no ostracismo pela crítica excessiva do modelo quantitativo. O resultado, na atualidade, são trabalhos fracos em termos de geração e análise de dados, e mesmo de certa incompetência dos profissionais de compreender a própria cartografia, elemento base da análise geográfica.”

Um pesquisador da UFRGS expõe que: “o geógrafo, através da constelação que vai desde espaço até região ou território, lugar ou paisagem, pode-se fazer útil seja em planejamentos urbanos, seja em gestões de bacia hidrográfica ou em monitoramento climático”. Tal afirmação condiz com o que se estabeleceu no estudo como Geografia Ambiental.

4.2. O fazer

4.2.1. As áreas de atuação e atribuições

As áreas de atuação dos vinte e um (21) profissionais, que responderam ao questionamento referente às suas atribuições são diversificadas. Os oito (8) professores universitários que participaram afirmam atuar no local de trabalho com:

- (1) Ensino, pesquisa e extensão;
- (1) Análises ligadas à regionalização de questões de segurança pública;
- (1) Geoinformação, análise ambiental costeira e gerenciamento. Análise espacial, espaço-temporal, de paisagem e de diversidade ambiental em relação às bases legais e normativas;
- (1) a disciplina de Geografia Física, na graduação, e na pós-graduação em disciplinas que trabalham com temáticas que consideram fundamental a relação natureza-sociedade: desertificação e paisagem;
- (1) a disciplina de Geografia Humana;
- (1) a área de Geografia Ambiental;
- (1) a área de Engenharia (geotecnologias);
- (1) a disciplina de Economia.

Os bolsistas pesquisadores (2) afirmam trabalhar com mapeamentos socioeconômicos e “aprendizagens sobre a cidade”. Um deles especificou que analisa a qualificação profissional no arranjo produtivo local da cidade de Rio Grande (RS) e as questões profissionais que envolvem os empregados do setor naval.

Os demais profissionais, onze (11), fazem parte de um grupo o qual o geoprocessamento é uma de suas atribuições principais. Para três (3) deles, essa é a atividade essencial. Sete (7) desses participantes expõem que utilizam o geoprocessamento no seu trabalho ligado ao licenciamento ambiental, gestão ambiental, mapeamento temático e estudos de impacto ambiental. A supervisora ambiental declara que suas atribuições profissionais são “essencialmente supervisionar o trabalho que os consultores contratados executam na área onde trabalho, realizar a correção dos relatórios ambientais, antes destes serem protocolados no órgão ambiental licenciador do empreendimento, propor alternativas viáveis e que ocasionem o menor impacto ambiental e social na área.” Ainda, trabalha na identificação de corpos hídricos e cavernas, comunidades tradicionais como comunidades quilombolas e tribos indígenas, além de propor medidas para mitigação dos impactos que o empreendimento possa vir causar a estes grupos. Ainda, entre aqueles que utilizam o geoprocessamento, um (1) profissional afirma ter como atribuição o planejamento de transportes, sem especificar as dimensões que envolvam tal atividade.

4.2.2. O uso dos referenciais teórico-metodológicos pelo profissional

A utilização de algum método de pesquisa da Geografia, na prática de seus trabalhos, foi confirmada por doze (12) dos vinte e um (21) profissionais que responderam a este questionamento.

Os professores universitários afirmam que faz parte de seus trabalhos produzirem e reproduzirem tais referenciais, enquanto educadores e pesquisadores. Eles percebem as contribuições da Política, da Economia e da Geografia Crítica. Um dos professores especificou que utiliza a abordagem sistêmica, em seu trabalho. Essa abordagem, como definiu, busca “entender os processos e as dinâmicas dos elementos que compõem a relação natureza-sociedade. Nesta perspectiva, a sociedade é analisada em termos de sua estrutura e das condições socioeconômicas que se expressam nas áreas empíricas da pesquisa.”.

Entre os geógrafos bacharéis, ligados às consultorias ambientais, esses reconhecem aplicar o Índice de Qualidade de Águas, geoprocessamento de imagens,

regionalizações, conceitos de Econômica, Estatística e Geomorfologia. Entretanto, dois (2) profissionais, do mesmo ramo, afirmam que embora reconheçam o pluralismo metodológico, eles não o utilizam. Eles constatarem, a partir de suas experiências, que “*isso* (métodos) é raro de ser usado em uma consultoria ambiental, apenas os conceitos.”.

No entanto, se reconhece nesse estudo que os conceitos são palavras ou expressões portadoras de significado. Eles representam uma ideia geral ou noção de uma realidade, de modo que se (re)criam e se (re)definem novos conceitos na medida em que a percepção dessa realidade se modifica. A diferenciação, e aplicação, de determinados conceitos por parte dos geógrafos bacharéis em seu trabalho diário, pode indicar suas percepções a cerca do “real”. Abre-se, assim, a possibilidade de se inferir a utilização de determinado referencial teórico-metodológico a partir dos conceitos empregados.

Foram vinte (20), os profissionais que responderam ao questionamento referente à utilização de determinado conceito em suas atividades de trabalho. Considerando Paisagem, Ambiente e Natureza, seis (6) utilizam o conceito de Paisagem, sendo quatro (4) professores universitários (UFRGS, UPF e UFPel) um (1) bolsista pesquisador e um (1) Geógrafo – Setor de Recursos Hídricos de uma consultoria ambiental. Os demais, quatorze (14), representam 70% do conjunto e fazem uso do conceito de Ambiente. Nenhum afirmou empregar o conceito Natureza.

Entre os conceitos de Região, Território e Lugar, há oito (8) geógrafos bacharéis que utilizam o conceito de Território em suas práticas. O conceito é empregado por professores universitários e por dois (2) geógrafos que trabalham com transportes, enquanto Região é empregada pela maioria, doze (12) dos profissionais, ou seja, 60%. O conceito de Lugar não foi citado.

O analista de geoprocessamento declara não utilizar nenhum dos seis conceitos acima.

A significação dada pelos grupos humanos (valores, crenças, artes, etc.) ao espaço em que vivem é levada em consideração no trabalho de dezesseis (16) profissionais. Percebe-se assim a influência da Geografia Humanística (e Crítica) na condução dos próprios trabalhos. A maioria desses elaborou comentários a respeito. Os professores universitários, técnicos em transporte e profissionais que trabalham em consultorias ambientais consideram fundamental levar em consideração os conhecimentos que os grupos humanos têm de seu espaço e das relações sociais estabelecidas na área de estudo “através de comunidades tradicionais, quilombolas,

terras indígenas, assentados.” (CONSULTORA AMBIENTAL). Os técnicos em transporte e os bolsistas pesquisadores concordam que o espaço urbano é construído com infinitas diversidades de variáveis humanas, sendo imprescindível fazer estudos para se aproximar da realidade trabalhada. O planejador de transportes ainda expõe: “O envolvimento dos atores locais deve ser levado em consideração. É preciso fazer com que pessoas mudem de atitude e isso requer antes mudanças nos níveis de percepção que estas têm sobre a realidade que as cerca para que haja mudança comportamental. Isso caracteriza parte importante no processo de inovação. A inovação é um processo construído localmente, em um ambiente multi-atores onde os atores locais devem ser sujeitos da mudança. Assim, propor inovação tecnológica e mudança comportamental requer considerar a significação dada pelos grupos locais.”.

4.2.3 A finalidade de suas práticas profissionais

Os trabalhos realizados pelos profissionais possuem os seguintes propósitos (ver tabela 4): em sua maioria, dez (10) profissionais (44%), afirmam ter como objetivo final de seus trabalhos o planejamento urbano rural, zoneamento urbano ou regional, ordenamento territorial e/ou assessoria a órgãos do estado ou município. Nesse grupo estão incluídos professores universitários, consultores ambientais, técnicos em transporte e bolsistas pesquisadores.

Tabela 4: *Objetivo final dos trabalhos executados pelos profissionais*

Objetivo	Profissionais
Planejamento urbano rural, zoneamento urbano ou regional, ordenamento territorial e/ou assessoria a órgãos do estado ou município	10
Inventários de recursos	3
Compreender a significação dos valores e comportamentos de grupos humanos	1
Compreensão das relações sociais através das forças produtivas	1
Outros	8

Inventariar recursos é a finalidade do trabalho de três (3) geógrafos bacharéis. São eles: Um (1) consultor ambiental, um (1) atuando em consultoria ambiental, no setor de geoprocessamento e um (1) professor universitário do Departamento de Geografia da UFRGS.

A compreensão das relações sociais, através das forças produtivas, é realizada pelo trabalho de um (1) bolsista pesquisador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRS. Um (1) professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas tem como objetivo compreender as relações sociais através das forças produtivas.

Por fim, os oito (8) demais profissionais afirmam possuir outros propósitos com suas práticas, entretanto, apenas sete (7) declaram quais seriam essas. Quatro (4) englobam suas tarefas, e afirmam ser um fim em si, produzir laudos técnicos e licenciamentos de empreendimentos em obras públicas e privadas, diagnósticos ambientais, Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental. O professor da UPF, de Economia, afirma serem as aulas seu objetivo final, envolvendo os conceitos direta ou indiretamente ligados à Geografia. Um dos professores do Departamento de Geografia da UFRGS diz que a intenção final está situada na formação acadêmica-profissional, assim como na geração de conhecimento na Geografia e na interface com outras áreas do conhecimento. O analista de geoprocessamento expõe que obter o maior lucro e menores gastos para a empresa é a finalidade de sua atividade enquanto geógrafo bacharel.

4.3. As projeções

4.3.1. As demandas profissionais

Os atuais referenciais teórico-metodológicos da Geografia atendem as demandas sociais e as práticas profissionais para doze (12) dos vinte e três (23) pesquisados que responderam ao questionamento: “Você acredita que os atuais referenciais teórico-metodológicos da Geografia atendam as demandas sociais e suas práticas profissionais?”. Há uma clara divisão (quase metade) entre aqueles que acreditam serem esses suficientes e os que não acreditam. É interessante considerar que há geógrafos com mesmo cargo, e atuando dentro de uma mesma empresa, com opiniões divergentes de seus colegas, como o caso dos geógrafos atuando como técnicos em transporte na EPTC, professores universitários (UFRGS) e profissionais dentro de consultorias ambientais.

Dentre os que responderam afirmativamente a questão, incluem-se quatro (4) docentes de diferentes universidades (UFRGS e ULBRA) de Geografia, dois (2) geógrafos bacharéis que lidam estritamente com geoprocessamento, dois (2)

pesquisadores bolsistas, uma (1) supervisora ambiental, uma (1) geógrafa atuante dentro da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, um (1) geógrafo técnico em transportes e outro (1) em atividades numa consultoria ambiental no setor de recursos hídricos. Os demais responderam negativamente à questão ou não se manifestaram.

4.3.2. As readequações e reformulações

Mesmo com a multiplicidade de referenciais que a Geografia possui, oito (8) geógrafos bacharéis dos onze (11) que não creem que os atuais referenciais teórico-metodológicos atendam as demandas sociais e práticas profissionais, sugeriram readequações e reformulações a esses. As sugestões, basicamente, relacionam-se a indispensabilidade de uma aproximação/ direcionamento desses ao que definem como “mercado de trabalho”.

Uma geógrafa de uma empresa de meio ambiente do setor privado expõe: “A geografia necessita ser menos acadêmica e mais atuante profissionalmente. Nota-se um grande distanciamento das discussões levadas academicamente e o encontrado fora dos muros das universidades. Esse distanciamento provoca a perda de oportunidades profissionais.”. Na mesma linha de pensamento, um professor da Universidade de Passo Fundo vai além e considera o afastamento entre a academia e o trabalho prático do geógrafo a causa da desvalorização da categoria profissional:

“a Geografia, talvez, tenha que se voltar para a valorização no mercado de trabalho de forma a demonstrar o quão importante é um geógrafo dentro de uma instituição, corporação ou empresa. Atualmente, a mesma não é vista como uma ciência capaz de atuar sobre aspectos formais da sociedade além da educação (ensino fundamental e médio).”.

Um professor da Universidade de Pelotas sugere que as reformulações devem se iniciar na própria graduação. Quando se refere ao currículo universitário, acredita ser essencial compreender as atuais dinâmicas da sociedade de forma mais apropriada, bem como pensar em novas formas de atuação profissional dos geógrafos, tanto em outras áreas do setor público, quanto no privado. Afirma que algumas disciplinas dos cursos de Geografia são “completamente inúteis” do ponto de vista prático (e mesmo teórico). Sugere a abertura da grade curricular aos outros cursos como Arquitetura e Urbanismo, Administração, Biologia, Ciências Sociais e Agronomia. Outra consideração que fez é

discutir a questão do empreendedorismo na Geografia, de forma a incentivar novas inserções profissionais dos recém-graduados.

Alguns profissionais, cinco (5), apesar de concordarem que os atuais referenciais teórico-metodológicos suprem as demandas sociais, propuseram algumas readequações. Destacam-se: o aumento da carga horária, professores mais qualificados, inclusão de disciplinas obrigatórias de solos e Antropologia com ênfase em populações tradicionais, disciplina de “Geografia Humana II” aprofundada mais ao final do curso, adequação dos professores que ministram as aulas em sua respectiva área de conhecimento e teoria aplicada à prática do trabalho para bacharéis.

4.4. Perfil do profissional

Devido ao baixo número amostral do estudo, é imprudente traçar um perfil predominante de geógrafo bacharel atuando no Rio Grande do Sul. Entretanto, é justificável elaborar um perfil dos participantes na pesquisa uma vez que esses são parte constituinte da totalidade dos profissionais. Suas particularidades contribuem para a própria categoria profissional, assim como para as estratégias políticas das associações aqui envolvidas.

O geógrafo bacharel (dentre os participantes da pesquisa) distingue pouco os referenciais teórico-metodológicos da Geografia e desconhece que os mesmos fundamentem suas atribuições contidas em legislação específica. As atividades que executa nos órgãos públicos ou privados condizem substancialmente com os preceitos da Geografia Ambiental. Suas análises englobam, através do conceito de Ambiente, os aspectos físico-químicos e bióticos da natureza e de sua inter-relação com a(s) sociedade(s) e seus aspectos socioeconômicos e culturais. Para ele, as abordagens fragmentadas e descritivas dos elementos da natureza são deficientes e concebê-los apenas como recursos econômicos é incongruente com os objetivos da profissão. Seus estudos fazem referência à melhoria da qualidade de vida do homem, buscando identificar situações conflituosas, tanto na dimensão natural quanto na social. O propósito final de seu trabalho engloba o planejamento urbano rural, ordenamento territorial ou assessoria aos órgãos do estado ou município, assim como produzir laudos técnicos e licenciamentos de empreendimentos em obras públicas e privadas, diagnósticos ambientais, Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental.

No que concerne às preocupações a cerca do futuro da Geografia, fundamentalmente, essas se relacionam a adequação da academia com o trabalho prático do geógrafo bacharel. Considerando que os referenciais teórico-metodológicos atendam as demandas sociais, ainda apreende-se com a viabilidade da desvalorização profissional caso providências não sejam tomadas a fim de adequá-los ao mercado de trabalho.

5. Considerações finais

Na pesquisa se propôs a obter elementos de análise sobre a categoria profissional inserida no mercado de trabalho, com indicadores a respeito da utilização dos referenciais teórico-metodológicos da Geografia nas suas práticas. A identificação de um perfil de geógrafo bacharel atuando no estado do Rio Grande do Sul não foi completamente viável em razão do número reduzido de participantes.

Uma das possíveis causas do baixo retorno relaciona-se ao questionário utilizado como instrumento para coleta de dados. A sua forma de envio - formulário *on-line* através de *e-mail* - pode não ter sido inteiramente eficiente, uma vez que há a possibilidade de nem todos os associados terem notado seu recebimento. A sua estrutura constituída com perguntas abertas exigiu mais tempo para respondê-las, juntamente com o tempo reduzido de duas semanas disponível para seu preenchimento, pode ter impossibilitado a participação de um maior número de profissionais. Assim, faz-se necessário a utilização de outros instrumentos de pesquisa, a exemplo das entrevistas, e estender o prazo para a coleta de dados. Dada às limitações de tempo para empregá-las no presente trabalho, ficam como recomendações aos próximos estudos e para ampliação das contribuições aqui propostas.

Os profissionais acreditam que as necessidades emergentes da atual realidade social brasileira vinculam-se aos preceitos definidos no estudo como Geografia Ambiental. Essencialmente, o mercado de trabalho espera do geógrafo bacharel uma atuação dentro do campo que se enquadra no que pretendia-se definir pela Resolução 1.010 de 2005 do Confea/CREA como “Geociências e Meio Ambiente”. As readequações e ou reformulações dos referenciais teórico-metodológicos propostas pelos participantes, sobretudo, submetem-se as atuais imposições do mercado de trabalho sobre o profissional. As sugestões relacionam-se a inevitabilidade de um maior aprimoramento técnico, basicamente, vinculado à ampliação de carga horária das disciplinas vinculadas às geotecnologias durante a formação acadêmica.

Com o baixo retorno dado pelos profissionais no estudo, ainda se pode inferir que há um notável distanciamento e desinteresse desses pelo tema da pesquisa. Assim sendo, é imprescindível fomentar, dentro da academia, constantes e aprofundadas discussões referentes ao desenvolvimento do conhecimento geográfico de forma a ampliar e consolidar a percepção dos estudantes, e futuros profissionais, sobre os conceitos, teorias e temas da Geografia. A necessidade de reflexão crítica acerca dos fundamentos da disciplina, e da ligação desses com as atribuições do geógrafo bacharel,

são indispensáveis para que não se reincida em trabalhos realizados através de uma visão tecnicista e descritiva. Essa concepção acreditava-se superada epistemologicamente, contudo ainda é perceptível nas práticas profissionais, reflexo, também, das exigências do mercado de trabalho. Por conseguinte, tais discussões contribuiriam para que incluso outras posições dentro dos campos de atuação do profissional possam ser melhor exploradas e/ou ampliadas.

6. Referências bibliográficas

ANDRADE, M. C de.; Geografia, Ciência da Sociedade: Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico, São Paulo: Atlas S.A, 1987.

ARGENTO, M. S. F.; Formação Profissional do Geógrafo. In: PEDROSO, N. G.; GEÓGRAFOS: Legislação, Formação e Mercado de Trabalho. São Paulo: AGB, CONFEA, 1996.

BRASIL. Lei nº 6.664 de 26 de junho de 1979. Disciplina a profissão de Geógrafo e dá outras providências. D.O.U 17 de set. 1980.

BRASIL. Lei nº 7.399 de 4 de novembro de 1985. Altera a redação da Lei nº 6.664/ 79, que disciplina a profissão de Geógrafo. D.O.U 13 de jan. 1986.

CALLAI, H. C.; A Formação do Profissional em Geografia. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

CLAVAL, P.; História da Geografia. Lisboa: Edições 70, 2006.

CONFEA. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. Resolução nº1.010 de 22 de agosto de 2005.

EVANGELISTA, H. A.; Geografia Teorética, um Registo. **Revista Geo-paisagem**. Rio de Janeiro ano 6, nº 12, jul./dez. 2007.

GERHARDT, T. E.; RAMOS, I. C. A.; RIQUINHO, D. L.; DOS SANTO, D. L.; Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, E. T. (org). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 2009.

GOMES, P. C. da Costa.; Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MENDONÇA, F.; Geografia Socioambiental. **Terra Livre**. São Paulo, nº 16, 2001 p. 139-158.

MORAES, A. C. R.; Geografia: Pequena Historia Crítica. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R.; O que é Geografia?. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Pensar e Ser em Geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

PEDROSO, N. G.; Perspectivas Profissionais e os Campos de Atuação. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 5. Curitiba: AGB, 17-22, jul. 1994. Anais... p.147-56.

SANTOS, M.; Novos Rumos para a Geografia Brasileira. In: SANTOS, M. (org). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SIGNORI, L. C.; O que Muda para os Geógrafos Bacharéis com a Resolução nº 1.010 do CONFEA. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, nº 32, dez. 2007, pag. 147-150.

SIGNORI, L. C.; VERDUM, R.; Mercado de Trabalho para os geógrafos no Serviço Público Federal. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, nº35, maio de 2009, pag. 133 – 148.

SILVEIRA, D. T.; CORDOVA, F. P.; A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, E. T. (org). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 2009.

SUERTEGARAY, D. M. A.; A Universidade e a Formação Profissional em Geografia. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 5. Curitiba: AGB, 17-22, jul. 1994. Anais... p.140-46.

SUERTEGARAY, D. M. A.; Geografia, Transformações Sociais e Engajamento Profissional: O Trabalho do Geógrafo no Brasil. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, nº 119 (139), V. VI, 2002.

7. Anexo

I. Dados Pessoais

Idade:

Gênero:

Instituição de Formação:

Local de Trabalho:

Cargo/ Setor:

Período de Trabalho:

Formação:

Bacharel Licenciatura Estudante bacharel Estudante Licenciatura

II. Referencial Teórico-metodológico e a Prática Profissional

1) A constituição da Geografia, enquanto área do conhecimento possui períodos marcados pela utilização de determinados **referenciais teórico-metodológicos**, que conduziam e que conduzem as práticas de ensino e pesquisas em determinado período. Você saberia reconhecer esses diferentes referenciais e práticas?

Não

Sim. Quais? _____

2) É possível identificar a aplicabilidade dos referenciais teórico-metodológicos da Geografia, através das práticas dos profissionais geógrafos?

Não

Sim. Quais? _____

3) Nas atribuições profissionais do Geógrafo, contidas na Lei 6.664/79 e Resolução 1.010/05 CONFEA, você reconhece os diferentes referenciais teórico-metodológicos que fundamentam sua elaboração?

Não

Sim. Quais? _____

III. Presente: O Fazer

(Caso necessário apoie-se na Lei 6.664/ 79 e Resolução 1.010/ 05 CONFEA).

1) Qual sua área de atuação e suas atribuições no local de trabalho?

2) Em relação à prática de seu trabalho, você reconhece a utilização de algum método de pesquisa específico, dentre os principais referenciais teórico-metodológicos da Geografia? Qual (is)?

3) Natureza, paisagem e ambiente são conceitos, normalmente, utilizados como sinônimos. Na sua prática profissional, você os diferencia?

Não

Sim. Qual deles é o mais utilizado? Natureza Paisagem Ambiente

4) Território, região e lugar são conceitos, normalmente, utilizados como sinônimos. Na sua prática profissional, você os diferencia?

Não

Sim. Qual deles é o mais utilizado? Território Região Lugar

5) A significação dada pelos grupos humanos (valores, crenças, artes, etc.) ao espaço em que vivem, é levada em consideração no seu trabalho?

Não

Sim

Obs: _____

6) Qual a intenção final dos projetos- trabalhos por você realizados?

a) Inventário de recursos.

b) Planejamento urbano/rural, zoneamento urbano ou regional, ordenamento territorial e/ou assessoria a órgãos do estado ou município.

c) Compreensão das relações sociais através das forças produtivas.

d) Compreender a significação dos valores e comportamentos de grupos humanos.

e) Outro (s): Quais: ? _____

IV. Futuro: Projeções

1) Você acredita que os atuais referenciais teórico-metodológicos da Geografia atendam as demandas sociais e suas práticas profissionais?

Não

Sim

2) Tendo em vista a multiplicidade de referenciais que a Geografia possui, você projetaria a readequação ou reformulação deles nesta área do conhecimento?

Não

Sim. Qual (is)? _____

Anexo 1. Modelo do questionário enviado aos e-mails dos associados à AGB-RS e à AGP-POA através da plataforma *LimeSurvey*, disponibilizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante o período de 5 de maio 2014 à 19 de maio de 2014.